

EDITORIAL

A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, criada em 1996 e publicada de forma regular e ininterrupta desde então, a partir de 2007, passou a ter sua editoração em formato eletrônico, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul, <<http://online.unisc.br/seer/index.php/index/index>> e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT, <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=SEER>>. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza seus resumos e textos de forma gratuita e integral para os leitores.

Neste volume 17, nº 3, para o quadrimestre set – dez/2012, são disponibilizados aos leitores 13 artigos, cujas temáticas abrangem duas grandes áreas: agricultura e território. Os artigos iniciais abordam diversas questões relacionadas à agricultura, tais como formação de redes de produtores, sustentabilidade ambiental, trabalho de brasileiros no exterior e trabalho cooperativado entre outros. Na sequência são apresentados os artigos que tratam de questões como representações do território, participação dos atores de uma região no processo de desenvolvimento e políticas de desenvolvimento entre outras.

O primeiro artigo, de Dalmoro e Zen, estuda o processo de formação de uma rede interorganizacional para internacionalizar o setor vitivinícola brasileiro, identificando como principal desafio o desenvolvimento da imagem do vinho do Brasil no mercado internacional. Troian, Eichler e Dal Soglio analisam as percepções dos produtores de tabaco e agentes de desenvolvimento acerca de aspectos ambientais, sociais e econômicos do cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS). A pesquisa identificou que o cultivo de tabaco ocorre devido à renda que proporciona, colocando em segundo plano outras questões, como as ambientais e sociais, evidenciando que, para os produtores, o termo sustentabilidade está relacionado à questão econômica em primeira instância. Na sequência, Ambrosini e Tedesco discutem a situação de trabalhadores brasileiros em situação irregular atuando no setor agrícola das regiões Norte e Nordeste da Itália. Os autores constataam que, embora os brasileiros sejam bem vistos na Itália, na prática, sua presença irregular sua presença nas propriedades rurais é estratégica na otimização econômica do país.

Os autores Andersson, Mauch e Bezerra trazem sua contribuição com a caracterização dos associados à Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. bem como a compreensão da organização desta cooperativa. Os autores concluem que a cooperativa trabalha sob princípios éticos e prima pela horizontalidade, possibilitando ao coletivo a tomada de decisões e, como seus associados têm um histórico de produção sustentável e trabalho cooperado, pode-se afirmar que a Cooperativa Sul Ecológica trabalha com agricultura familiar de base ecológica. A perspectiva da agricultura familiar ecológica também é abordada por Cicconeto e Verdum, que analisam o surgimento de diferentes estilos de agricultura no município de Canguçu (RS), identificando que a tomada de decisão do agricultor convencional ou tradicional, para outro sistema, pautado no

manejo ecológico pode ter vários pontos de partida. Bagolin e Stulp analisam o comportamento da produtividade da terra no Rio Grande do Sul, a partir dos Censos Agropecuários de 1975, 1995/96 e 2006, identificando regiões que apresentaram elevado aumento na produtividade e outras que apresentaram queda significativa no período. Os autores perceberam que as variáveis concentração fundiária e tamanho dos estabelecimentos afetam negativamente a produtividade, enquanto mão de obra, rebanho e tratores aumentam a produtividade. Finalizando este primeiro conjunto de artigos Silva e Etges trazem uma reflexão acerca da agricultura familiar e gastronomia, discutindo a concepção de meio rural a partir da perspectiva territorial na qual a agricultura familiar é entendida como um modo de vida, voltado à diversificação de atividades, dentre elas a produção de alimentos.

Na sequência, Felippi e Piccinin buscam compreender como a produção jornalística opera e as implicações desta nas representações do território, construído no discurso midiático a partir de marcas estereotipadas e folclóricas. Silva e Souza estudam a padronização das políticas públicas do Estado na Amazônia, verificando que a trajetória destas políticas resultou na exclusão de parcela significativa da população rural brasileira. As autoras concluem que o Estado brasileiro não rompeu o modelo de padronização de políticas públicas, optando por utilizar critérios estritamente econômicos no estabelecimento de programas. López e Mazo avaliam a participação na sociedade como base para o desenvolvimento, resultado de longo processo de pesquisa, apresentando o desenvolvimento desde uma perspectiva ressignificada, entendido com uma construção sociocultural múltipla, histórica e territorialmente determinada.

A pressão da burguesia industrial do Rio Grande do Sul na defesa de seus interesses junto ao governo de seus respectivos territórios é estudada por Cadoná. O estudo analisa a atuação política da FIERGS com o interesse de tornar o território gaúcho competitivo na atração de capitais, levando a burguesia industrial a uma ampla mobilização política em defesa de um projeto de adaptação subordinada à lógica de mundialização do capital. Queiroz, Silva, Silva Filho e Remy estudaram o investimento feito por estrangeiros (pessoa física) no Brasil, bem como o perfil do imigrante, identificando que tanto o investimento externo de pessoas físicas quanto as autorizações concedidas para trabalho no país tem aumentado nos últimos anos. Conforme os autores, a concentração de aplicações ocorre nos estados de São Paulo, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, enquanto que os pedidos de visto de trabalho foram concedidos, na maior parte, para São Paulo e Rio de Janeiro. Finalizando este volume da REDES, Kleinschmitt, Wadi e Stadutto analisam a distribuição espacial dos homicídios no estado do Paraná e sua relação com as variáveis socioeconômicas, demográficas e de infraestrutura urbana. Os resultados demonstram a existência de autocorrelação espacial das taxas de homicídio entre os municípios paranaenses, sendo possível verificar a presença de oito grandes clusters de municípios.

Boa leitura!

Virginia Elisabeta Etges
Silvio Cezar Arend
Editores